

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.609 - RJ (2019/0262086-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **D R J**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
AGRAVADO : **I A A R**
AGRAVADO : **I V A R**
AGRAVADO : **I V A R**
ADVOGADO : **MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA DA FONSECA - RJ065736**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por D. R. J. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"Ação Revisional de Alimentos. Pensão alimentícia para três filhos. Sentença de improcedência. Apelação do autor/alimentante. Dever de sustentar os filhos menores, que decorre do poder familiar. Trinômio: necessidade, possibilidade e razoabilidade. Manutenção dos alimentos como anteriormente fixados. Os gastos e necessidades das menores são presumidas em razão da própria idade, que têm uma série de gastos periódicos. Alimentante que alega que suas possibilidades foram reduzidas em razão do nascimento de duas novas filhas. Via de regra, tal alegação não tem força para, por si só, reduzir o valor do pensionamento. Deve-se privilegiar a paternidade responsável. Prova pecária de modo a possibilitar a redução pretendida pelo pai. E sobre a existência de nova prole, há precedentes desta Câmara Cível, que ora se prestigia, no sentido de que tal alegação, por si só, não permite redução no pensionamento. 'Apelação cível. Pedido de revisão de alimentos prestados à filha menor, portadora de síndrome de down. Sentença de improcedência que não merece reparo. Pensão alimentícia fixada em 25% dos vencimentos brutos do apelante, abatidos apenas os descontos obrigatórios. Ausência de demonstração da redução da capacidade econômica do alimentante. A constituição de nova família não é capaz de justificar a diminuição do valor dos alimentos anteriormente fixados em favor de descendente pré-existente. Princípio da paternidade responsável que impõe ao genitor, ao optar por constituir novo núcleo familiar, atentar para a possibilidade de prover o sustento dos filhos já existentes. Art. 226, §7º, da carta constitucional. Demandante que não logrou comprovar alteração do trinômio necessidade-possibilidade- razoabilidade. Incidência do art. 1.699 do código civil. Apelação a que se nega provimento" (0035854-04.2015.8.19.0203 – apelação - Rel. Des. Fernandy Fernandes – julgamento em 19/07/2017). Manutenção integral da sentença. DESPROVIMENTO DO RECURSO" (fls. 127-128, e-STJ).

No recurso especial, foi alegada violação dos artigos 1.566, IV, 1.630 e 1.694, § 1º, do Código Civil, ao fundamento de que após a constituição da obrigação alimentar, houve

nascimento de dois novos filhos, fruto da atual união, além do fato de sua esposa ser portadora de síndrome do pânico, o que ensejaria a redução dos alimentos dos filhos da união anterior.

Aduz, que a obrigação do alimentante deveria levar em consideração a necessidade do alimentado, bem como a possibilidade do alimentante.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 160, e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

As conclusões do tribunal de origem acerca dos alimentos decorreram inquestionavelmente da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode verificar a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

"A sentença recorrida julgou IMPROCEDENTE o pedido de modificação de alimentos.

Vale notar que a questão da fixação de alimentos outrora fixados em Juízo se apresenta singela e sempre delicada, envolvendo a comprovação do trinômio: necessidade, possibilidade e razoabilidade, sem prejuízo da demonstração, pelas partes, de sua condição financeira.

*Impõe-se o registro de que o Código Civil prevê a fixação dos alimentos, **levando-se em conta as necessidades de quem deles reclama e a possibilidade de quem os proverá**, pois, como é cediço, os alimentos têm a função de prover as necessidades básicas do alimentado, como saúde, alimentação, vestuário, de forma a garantir-lhe padrão de vida compatível com o que se estava acostumado.*

Em relação à proporcionalidade, há dois credores, o genitor e a genitora dos menores, e os gastos ordinários incluem moradia, alimentação, vestuário, saúde e lazer.

Cumprir observar que resta evidente o equilíbrio da obrigação alimentar entre os genitores, porquanto são três os filhos em comum.

Fato é que após a constituição da obrigação alimentar, nasceram mais duas filhas.

Oportuno se torna dizer que o simples fato de o devedor de alimentos constituir nova família e nova prole após a estipulação de sua obrigação alimentar em relação aos seus filhos, por si só não afasta sua responsabilidade e nem é causa para a redução dos alimentos pagos. Isto

Superior Tribunal de Justiça

porque, deve-se privilegiar a paternidade responsável.

Frise-se que o autor, ora apelante, não comprovou efetiva mudança em sua situação econômica a justificar a redução dos alimentos pagos em favor de seus três filhos.

Desta forma, em que pese a insurgência do apelante, as provas produzidas nos autos não deixam dúvidas quanto ao acerto da manutenção dos alimentos como fixado" (fls. 131-132, e-STJ).

Desse modo, é clara a intenção da recorrente em obter o reexame das provas juntadas aos autos almejando entendimento distinto daquele alcançado pelo Tribunal de origem.

No entanto, percebe-se que a eventual procedência dos argumentos expendidos no recurso obstado exigiria que esta Corte reexaminasse a matéria fática, especificamente quanto às provas utilizadas pelo Tribunal local para julgar procedente o pedido de exoneração dos alimentos devidos pelo recorrido, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, consoante entendimento da Súmula nº 7/STJ.

Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal local a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

A propósito:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIMENTOS PARA FILHO. REDUÇÃO. ALTERAÇÃO NO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

3. Agravo não provido" (AgInt no AREsp 1230034/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 28/05/2018).

"CIVIL. FAMÍLIA. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. PENSÃO ALIMENTÍCIA. AÇÃO REVISIONAL E EXONERATÓRIA DE ALIMENTOS. AFIRMADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE A PENSÃO DEVIDA AOS FILHOS É EXCESSIVA E QUE HOUVE MUDANÇA NA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. REVISÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. EXONERATÓRIA. PROCEDÊNCIA. EX-CÔNJUGE. CAPACIDADE LABORATIVA E APTIDÃO PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. RECURSO ESPECIAL

(....)

3. Nos termos da jurisprudência do STJ, o fato de o devedor dos alimentos ter constituído nova família, por si, não implica revisão dos alimentos prestados aos filhos da união anterior, sobretudo se não ficar comprovada

a mudança negativa na sua capacidade financeira. Precedentes.

4. A jurisprudência desta egrégia Corte Superior firmou a orientação de que a pensão entre ex-cônjuges não está limitada somente à prova da alteração do binômio necessidade-possibilidade, devendo ser consideradas outras circunstâncias, como a capacidade potencial do alimentado para o trabalho e o tempo decorrido entre o início da prestação alimentícia e a data do pedido de desoneração.

5. Esta egrégia Corte Superior também tem entendimento de que, em regra, a pensão deve ser fixada com termo certo, assegurando ao beneficiário tempo hábil para que reingresse ou se recolque no mercado de trabalho, possibilitando-lhe a manutenção pelos próprios meios. O pensionamento só deve ser perene em situações excepcionais, como de incapacidade laboral permanente, saúde fragilizada ou impossibilidade prática de inserção no mercado de trabalho. Precedentes.

6. Não se evidenciando a hipótese a justificar a perenidade da prestação alimentícia a excetuar a regra da temporalidade do pensionamento entre ex-cônjuges, deve ser acolhido o pedido de exoneração formulado pelo recorrente, porque sua ex-mulher possui plena capacidade laborativa e fácil inclusão no mercado de trabalho em razão da dupla graduação de nível superior e pouca idade.

5. Recurso especial provido em parte" (REsp 1496948/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 12/03/2015 - grifou-se).

"ALIMENTOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS. SÚMULA N. 7/STJ. OMISSÃO NO ACÓRDÃO PROFERIDO PELA CORTE ESTADUAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

1. Admitem-se como agravo regimental embargos de declaração opostos a decisão monocrática proferida pelo relator do feito no Tribunal.

Princípios da economia processual e da fungibilidade.

2. Conclusão diversa daquela obtida pelo Tribunal de origem acerca da alteração das condições financeiras ou da configuração do binômio necessidade/possibilidade para concessão de pensão alimentícia encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

3. A parte, em sede de agravo regimental, não pode, em face da preclusão consumativa, alegar omissão no acórdão proferido pelo Tribunal de origem, se não indicou violação ao art. 535 do CPC nas razões do recurso especial.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (EDcl no AREsp 72.766/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/11/2013).

"PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. A análise da pretensão recursal relativa ao reexame do binômio necessidade-possibilidade ou à exoneração dos alimentos demandaria a

Superior Tribunal de Justiça

incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula n. 7 do STJ).

2. *Agravo regimental desprovido*" (AgRg nos EDcl no AREsp 668455/SC, Min. Rel. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 26/11/2015).

Aplicável, portanto, a inteligência da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários advocatícios foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado da causa, os quais devem ser majorados em 3% (três por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observada a assistência gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator